

BREVE ANÁLISE DE “A FRANÇA DE LESTE”, DE VIDAL DE LA BLACHE

A BRIEF REVIEW OF THE WORK “LA FRANCE DE L’EST”, FROM VIDAL DE LA BLACHE

Rui Ribeiro de Campos¹

Universidade Federal Fluminense /Angra dos Reis-RJ
profrucampos@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo faz uma breve análise do último livro de Vidal de La Blache, *La France de l’Est*, e procura demonstrar que os aspectos políticos faziam parte de sua proposta, mas foram omitidos por seus seguidores. Analisará também alguns aspectos colocados por ele, na defesa do Estado francês, em seu posicionamento a respeito da devolução de territórios, predominantemente de língua e cultura germânicas, com base em argumentos mais históricos que geográficos.

Palavras Chave: *La France de l’Est (Lorraine-Alsace)* – Vidal de La Blache – Política – Escola Regional Francesa.

ABSTRACT

This article briefly reviews the latest book by Vidal de La Blache, *La France de l’Est*, and aims to demonstrate that the political aspects were part of his proposal, but were omitted by his followers. It also examines some aspects placed by him in defense of the French State, his position regarding the return of territories, mostly of German language and culture, based more on historical arguments than geographic ones.

Keywords: *La France de l’Est (Lorraine-Alsace)* – Vidal de La Blache – Politics – French Regional School

APRESENTAÇÃO

“Se tudo se transforma, nada se perde no desenvolvimento de uma civilização.”

(VIDAL, 2012a, p. 295)

Paul Vidal de La Blache (1845-1918), um dos responsáveis pela cidadania acadêmica da Geografia na França e considerado o principal formulador da Escola Regional Francesa, foi acusado de não fazer da política um elemento de sua proposta, algo que este texto deseja questionar. Alguém que foi favorável ao Estado francês, à sua política de colonização², ao imperialismo, ao capitalismo liberal, à superioridade da civilização europeia, não pode ser considerado como alguém que não levasse em conta a política. Ao mesmo tempo em que dizia que a ciência deveria ser objetiva, defendia o direito de a França possuir colônias na África, na Ásia e na América. Em grande parte de seus escritos, ele fez política, procurando “despolitizar” a Geografia. Quando se está a serviço de determinado Estado, pouco se fala dele, de seu poder e da estrutura de classes que nele existe. Por isso o discurso de Vidal sempre foi político (como o de qualquer autor), mesmo quando quisesse parecer imparcial.

Uma relação social por excelência entre espaço e poder não pode ser ignorada pela Geografia. Portanto, antes de iniciar esta breve análise, é importante esclarecer nossa visão a respeito dos termos Geografia Política e Geopolítica. Com base em Costa (1992), a Geografia Política normalmente se caracteriza pelo modo pelo qual geógrafos, através de discursos específicos, concebem e interpretam as questões de política estatal, centrando-as nas relações entre território e poder, considerando o território um objeto e meio do poder exercido pelo Estado. Se a Geografia Política buscava um estatuto científico – que, no caso dela, era possível –, o mesmo não era válido para as tentativas da Geopolítica. Os estudos geopolíticos são análises de um autor de determinado país, procurando se relacionar com os objetivos do Estado ao qual pertence, com o uso de conceitos e temas da geografia política, mas marcados pelo seu contexto político e territorial, o qual pretende servir. Compartilhamos, portanto, com a ideia de que cabe à Geografia Política a tarefa

[...] de examinar e interpretar os modos de exercício do poder estatal na gestão dos *negócios territoriais* e a própria dimensão territorial das fontes e das manifestações do poder em geral. [...]

O aspecto particular a reter, entretanto, é que o modo pelo qual é examinado o papel das condições naturais na política territorial dos Estados pode não corresponder necessariamente aos procedimentos usuais dos demais sub-ramos da geografia em suas diversas correntes. (COSTA, 1992, p. 15 e 19)

É diferente da Geopolítica, pois esta reflete a ideologia de determinado Estado, embora não gerada exclusivamente por ele, com a finalidade de servi-lo em ações visando assegurar o seu território ou a expandi-lo. As demandas dessa área são grandes e, quando estão relacionadas a questões internacionais, a geografia política feita em um país pode se transformar em uma concepção para servir a seu Estado ou Nação, e aí se metamorfosear em geopolítica. Um exemplo: durante a Segunda Grande Guerra, o geógrafo estadunidense Richard Hartshorne (1899-1992), que havia realizado estudos fundamentais sobre temas gerais da geografia política, se engajou nos esforços dos EUA para fazer frente à ameaça nazista através de diversos artigos; ao produzir formulações envolvidas diretamente com o poder estatal de seu país, realizou estudos de geopolítica. Esta possui como a questão central de seus estudos a noção de *conflito*.

No nível interno de cada país, os conflitos, quando reconhecidos, nunca são referenciados à estrutura de classes, partidos políticos, etc., e, quando o são, aparecem associados à “quebra de unidade ou coesão”, divisionismo frente ao inimigo e mesmo traição. Daí porque, do ponto de vista da geopolítica, Estado, nação e território constituem um todo indivisível. (COSTA, 1992, p. 19)

Diversas bases conceituais e teóricas essenciais são comuns às duas, o que torna difícil, muitas vezes, separar o que é ciência do que é, basicamente, um serviço à ideologia de um Estado.

Sergio Nunes Pereira assim definiu a geografia política: [...] *reflexão acadêmica sobre as ações estratégicas e de controle do território desenvolvidas por Estados em nível nacional, continental ou, quando europeus, com relação a domínios de ultramar*. (PEREIRA, 2012, p. 338) Afirmou ainda constatar duas perspectivas que se deveria evitar na discussão sobre Vidal: uma que afastava o autor francês de formulações geográficas revestidas de conotação política; outra, como se houvesse uma reabilitação dele, em razão da nova publicação de *La France de l'Est*, cuja primeira

edição fora em 1917. Como já dissemos, ele fez sempre política, mesmo quando (e isso foi na maioria das vezes) parecia que não estava fazendo.

A geopolítica pensa no espaço geográfico sob o prisma de um Estado nacional (suas relações com outros Estados, sua segurança, sua ação a respeito do rearranjo espacial dos recursos), entendendo-o como o representante natural da nação e do território, mas não investiga sobre os grupos hegemônicos ou sobre as contradições de sua sociedade. Seus conceitos, temas e visões de mundo são marcadamente nacionais e com forte enraizamento em sua cultura nacional. Por esses motivos entendemos geografia política e geopolítica de modo diferente do que foi exposto por Yves Lacoste, tanto em seu livro “*A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*” (1988), quanto na sua apresentação da reedição de “*A França de leste*”. (LA BLACHE, 1994).

Nessa apresentação de *La France de l’Est (Lorraine-Alsace)*, Yves Lacoste afirmou que a grande maioria dos geógrafos universitários franceses se recusava a abordar os problemas geopolíticos que, em sua concepção, traduziam as rivalidades de poder sobre territórios e os homens que neles vivem. “*E é a Vidal de la Blache que uns e outros se referem para ‘explicar’ que os fenômenos políticos não fazem parte da geografia, que eles não são dignos de serem estudados cientificamente, isto é, que eles devem ser excluídos do campo da geograficidade.*” (LACOSTE, in LA BLACHE, 1994, p. VII; tradução do autor) Foram eles, conforme o mesmo autor, os responsáveis por escamotear o último livro de Vidal, para justificar uma concepção vidaliana que se caracterizaria pela exclusão da política em suas análises. E disse mais: o livro não seria somente uma “obra de circunstância” e sim um grande livro de geografia política, e que o fato de “desaparecerem” com a obra atrapalhou muito o desenvolvimento dessa ciência na França. Mas não foi somente lá que atrapalhou ou atrasou o crescimento desse saber científico; no Brasil ocorreram consequências desagradáveis.

Segundo o próprio Lacoste, quando escreveu “*A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*”, não conhecia a publicação e, na primeira edição de seu livro, concentrou suas críticas na visão lablacheana. Afirmou ainda que a republicação do livro de Vidal era um projeto que ele defendia para fazer justiça a um grande geógrafo que ele tinha – por um desconhecimento coletivo – injustamente condenado. Na segunda edição, sublinhou a importância do livro e disse que constatou a

fraudulenta espoliação epistemológica que havia sido cometida pela corporação de geógrafos universitários dessa corrente, através de seu silêncio sobre o assunto.

[...] eu descobri casualmente que Vidal de La Blache, que eu havia fustigado tanto por ter imposto uma concepção de geografia que excluía a política, tinha escrito um outro livro que não figurava nas bibliografias, nem nas análises, *La France de l'Est*, e que esse livro tratava de problemas políticos – hoje eu diria geopolíticos – a questão da Alsácia-Lorena. (LACOSTE, in LA BLACHE, 1994, p. IX³)

E, ainda segundo o mesmo autor, na década de 1990, a maior parte dos “mestres da corporação” continuava a ignorar esse livro e, mais ainda, a sua significação. Sendo correto, isso prova o uso da “estratégia do silêncio”, utilizada por quem possui o poder: nada dizer para ver se esquecem, o que já foi tentado com Élisée Reclus (1830-1905)⁴, Josué de Castro (1908-1973), Manoel Bomfim (1868-1932) e outros.

A PRESENÇA DA ALSÁCIA OU DE LORENA EM OUTROS TEXTOS

Vidal formulou uma geopolítica para a França: tratou da dimensão política de fenômenos espaciais de (e para) seu país natal. Não analisou somente a política territorial francesa, mas também fez uma análise geográfica de economia, agricultura, indústria, população e cidades. No texto do livro “A França do Leste”, onde não deixavam de figurar seu patriotismo e seu engajamento na empreitada colonial, procurou demonstrar as diversas afinidades entre Alsácia, Lorena e França, e as divergências das duas primeiras com o Império Alemão.

Ainda que não diga explicitamente, sugere que o melhor caminho a ser seguido pela Europa não seria o expansionismo interno, mas sim o *externo*, numa partilha que respeitasse as conquistas históricas dos Impérios e se estruturasse a partir de acordos internacionais – o que favoreceria França e Inglaterra em detrimento da Alemanha. Esta deveria percorrer a mesma senda de Grã-Bretanha, França e Rússia, “que encontraram na África e na Ásia seus campos de expansão”. [...] Afinal, a “mutilação de 1871” – era assim que ele se referia à perda da Alsácia-Lorena – provocara claros prejuízos econômicos e

“morais” ao Hexágono⁵. Todavia, ao se opor aos métodos alemães de desenvolvimento (associados à extensão territorial, poderio militar e exploração de recursos naturais) e acusar o país vizinho de estar fora dos princípios políticos de cunho civilizatório que a Europa historicamente edificou, ele enxerga na ameaça alemã a possibilidade de uma aliança continental com as forças “do Leste e do Oeste”, numa Europa organizada sob “bases mais largas”. (RIBEIRO, 2011, p. 04)

Vidal poderia, nesse livro, como defensor de uma potência imperialista, censurar Ratzel, por este ser um geógrafo defensor da Alemanha; não o fez, o que demonstrava que a polarização criada entre ambos, pelo historiador Lucien Febvre (1878-1956), o criador das expressões Determinismo e Possibilismo na Geografia, não existia. Principalmente em *La Terre et l'évolution humaine* (1922), Febvre criou os conceitos de “determinismo” para Ratzel e “possibilismo” para Vidal, em sua pregação por uma Geografia que não falasse de Estado e sim, basicamente, de solo.

No texto da palestra “A Renovação da Vida Regional”, publicado em 1917, no período da Primeira Grande Guerra, tratou da renovação da França (na qual estavam os “*gêneros de vida reunidos em harmonia com a natureza dos lugares*”) pela vida regional e perguntou: “*Mencionarei a Lorena e a Alsácia?*” (LA BLACHE, 2012c, p. 318) A pergunta possuía sua importância, pois Lorena e Nancy “*personificavam num patriotismo comum dois tipos marcantes*”. Ao mesmo tempo, segundo Ribeiro, em um capítulo de “*La France de l'Est*”, ele

[...] sustenta que a história da Europa é uma história de misturas de raças, numa argumentação útil contra a xenofobia e a favor do multiculturalismo; em nome das noções de liberdade e justiça, prega a rejeição da superioridade racial e do ressentimento de lutas passadas. (RIBEIRO, 2011, p. 04)

Vidal de La Blache publicou, em 1916, em plena Primeira Grande Guerra, um artigo sobre a população da região da Alsácia-Lorena, com assuntos que seriam colocados posteriormente no livro em questão. Essa área perdida na guerra franco-prussiana era “[...] *um conjunto de ‘pays’ que os tratados separaram, mas que muitas regiões aproximam*” (LA BLACHE, 2012a, p. 287), e que o futuro reservava para essa região um papel maior na Europa, como havia sido no passado. Nesse artigo –

“Evolução da População na Alsácia-Lorena e nos Departamentos Limítrofes” –, no qual o termo Prússia não apareceu, a palavra “alemães” foi utilizada uma vez⁶, o mesmo para o termo Alemanha. O último item (VII) do artigo foi chamado de “A mutilação de 1871”; em sua segunda página estava anotado: “*Em plena guerra (3 de agosto de 1870), um decreto sancionava uma ferrovia, destinada a unir Mulhouse a Remiremont.*” (Ibidem, p. 307) No entanto, não disse qual guerra nem contra quem ela se deu; os franceses sabiam, mas os exemplares de *Annales de Géographie* (onde foi publicado) eram lidos em outros países.

Nesse mesmo artigo, após escrever sobre o crescimento da região, sobre o papel das ferrovias, emendou:

Tais observações eram necessárias para compreendermos o êxodo industrial que se seguiu imediatamente ao Tratado de Frankfurt⁷ – que nos talhou diretamente na carne. A unidade econômica da região [*contrée*] foi rompida. Separados dali em diante, não deviam os dois fragmentos buscar, um na **Alemanha**, outro na França, suas condições de existência? Porém, nessa separação, a parte que coube à França – delimitada por mãos sábias – parecia incapaz de sustentar, sozinha, o desenvolvimento industrial do qual ela havia usufruído. [...] Na região do Mosela, foram os centros metalúrgicos mais prósperos que passaram ao estrangeiro: o que nos restou, senão migalhas? (LA BLACHE, 2012a, p. 308; negrito nosso)

Foi no trecho acima que citou a palavra Alemanha; uma coisa rara nesse artigo. E disse mais:

A crise que de súbito rompeu o desenvolvimento, já tão avançado em 1870, não conduziu, como se podia reear, a uma ruptura definitiva de trabalho, ideias e interesses que, dali por diante, seguiam vias divergentes. Através dos ramos que cresceram vigorosamente, a árvore mutilada renasceu. (LA BLACHE, 2012a, p. 310)

Pode-se, então, afirmar que continuavam com o mesmo gênero de vida, um gênero francês e que, portanto, era à França que a região pertencia. Mas nada disso ele disse (e também não precisava: “a árvore mutilada renasceu”), e ainda escreveu: “*Assim se dividiu em duas a grande indústria [atelier] – que, outrora, era apenas uma, e que,*

antes da mutilação de 1871, animava uma vida comum.” (Ibidem, p. 311) Contudo, essa mutilação não alterou substancialmente o gênero de vida da região, pois *“Foi assim que uma espécie de continuidade regional pôde sobreviver à separação política.”* (Ibidem, p. 312) Esse artigo pode ser utilizado como um exemplo de sua “discrição”; em nenhum momento reivindicou abertamente, para a França, as áreas da Alsácia e da Lorena tomadas pela Alemanha, mas deixou claro que elas pertenciam aos franceses. E a Alemanha era (e talvez ainda seja) um Estado mais bem localizado para a dominação de grande parte da Europa.

Elaborou um mapa da região (ver mapa 01), com estatísticas fornecidas pelos cantões; *“Essa divisão territorial tem a vantagem de ser comum às duas partes divididas pela fronteira política.”* (Ibidem, p. 288) Além dele, outro mapa (ver mapa 02), que estava no final do artigo (o mesmo que existe no final do livro em questão), *“Densidade da População em Alsácia-Lorena”*, que não continha na legenda a palavra *“fronteiras”* para designar a divisão de 1871 e sim o termo *“limites”*, fato observado por Yves Lacoste (in LA BLACHE, 1994, p. XXVII). *“A região [‘contrée’] representada [no mapa] é uma daquelas que, há aproximadamente meio século, experimentou vivamente as transformações de ordem política e econômica produzidas no mundo.”* (LA BLACHE, 2012a, p. 289) Entretanto, não chegou a dizer claramente quais foram as transformações de ordem política; talvez não precisasse falar.

Vidal percebeu, nos anos finais de sua vida, que a indústria teria um papel central no futuro e a França estava atrasada em relação a alguns países (Alemanha, Reino Unido e, principalmente, EUA), o que o fez dar destaque à região da Alsácia-Lorena. Ribeiro disse não ter dúvidas quanto à sua posição:

[...] para que a França não perdesse terreno no cenário econômico e acompanhasse as demais nações de ponta, posto que não poderia ficar submetida *“à mercê do mercado estrangeiro”*, era condição *sine qua non* a adaptação de seu território às demandas do mundo moderno. Daí sua ênfase no poderio econômico da Alsácia e da Lorena, cujas riquezas minerais e cujas modificações carreadas pela indústria as tornavam um símbolo do progresso e de uma estrutura que, mais tarde, se espalharia por todo território. (RIBEIRO, 2011, p. 08)

La Blache possuía uma obstinação nacionalista⁸ que engendrava um discurso “científico” que justificasse em definitivo os vínculos de Lorena e da Alsácia à França (Ibidem, p. 06); sua inquietação era também porque a perda dessas regiões enfraqueceu a economia francesa.

“O que nos restou senão migalhas?”, indignava-se. No entanto, para ele, os laços econômicos entre Alsácia e Lorena seriam fortes o suficiente para que uma espécie de “continuidade regional pudesse sobreviver à separação política”. De maneira semelhante, ao abordar as colônias ele é categórico: face aos “desafios econômicos”, há que se tirar “todo proveito possível” de seus territórios. (RIBEIRO, 2011, p. 06)

Em uma comparação entre o Tableau (1903) e A França de Leste (1917), Ribeiro (2011) afirmou que a mudança metodológica estava ligada a uma nova dinâmica geográfica: o surgimento da grande indústria (aliás, uma influência de sua visita aos EUA, razão pela qual chamou New York de “Babel insaciável”). Com esta, as distâncias diminuía, a mão de obra deslocava-se para os centros industriais, as formas rurais foram incorporando traços de vida urbana, surgiram novas rotas, cidades pequenas rapidamente se transformavam em grandes e escalas antes incomunicáveis passaram a se articular.

O LIVRO “A FRANÇA DE LESTE”

Pelo fato de, normalmente, não aparentar estar fazendo análises políticas, foi uma surpresa o contato que se teve com a obra “A França de Leste (Lorena-Alsácia)” – *La France de l’Est (Lorraine-Alsace)* –, um estudo geopolítico sobre a questão da nova fronteira franco-alemã, rica em hulha e ferro, em uma tentativa de justificar a volta dessas regiões para a França, cujo conteúdo foi omitido por vários de seus seguidores, para continuarem fazendo política com a aparência de estarem desvinculados desse processo. O livro, escrito em 1916 e publicado no ano seguinte quando ainda Vidal era vivo, durante a Primeira Grande Guerra do século XX, foi dividido em cinco partes, totalizando vinte e quatro capítulos, além de um Prefácio e uma Conclusão. Acompanhava-o ainda um Índice Alfabético das Matérias, dividido em Índice dos Nomes Próprios e Índice dos Nomes de Lugares.

A **Alsácia** é uma região do leste da França, atualmente abrangendo os departamentos de Bas-Rhin e Haut-Rhin, tendo sua sede administrativa em Estrasburgo. Densamente povoada, é a menor das regiões francesas. Aí se localizam a planície da Alsácia e o maciço de Vosges. Hoje industrializada, possui reservas de potássio (em Mulhouse). A base de sua população era germânica. A Guerra dos Trinta Anos (1618-48) fez com que, pouco a pouco, ela fosse caindo sob a influência francesa. Os tratados de Vestefália (1648) transferiram ao rei francês os direitos dos Habsburgos; com o tratado de Nimegue (1678), feito no reinado de Luís XIV, a região se tornou oficialmente francesa. A Revolução Burguesa completou (com a criação de dois departamentos: Haut-Rhin e Bas-Rhin) sua integração à França. Na guerra franco-prussiana, os germânicos exigiram a anexação dos dois departamentos ao Reich e também a parte de Lorena que falava a língua germânica. Em 10/05/1871, a Alsácia-Lorena (termo que designava o conjunto submetido à dominação alemã de 1871 a 1918 e, depois, de 1940-1944) tornou-se oficialmente alemã.

Lorena (*Lorraine*), atualmente, é uma região administrativa francesa que engloba quatro departamentos (Meurthe-et-Moselle, Moselle – os mais industrializados e urbanizados –, Meuse e Vosges – mais rurais), tendo sua sede em Metz. Seu relevo é constituído basicamente por planaltos entalhados pelos vales dos rios Mosa e Mosela. Possui minério de ferro (de baixo teor) e hulha e, durante muito tempo, foi uma das regiões mais industrializadas da França. Ainda é um entroncamento viário importante para a parte ocidental da Europa. No ano de 880 passou inteiramente ao domínio germânico. Sempre disputada por ducados e pela França, foi finalmente herdada pelo rei francês (Luís XV) em 1766. Com a Revolução (1798) foi dividida em quatro departamentos, mas, em 1871, grande parte dos departamentos de Moselle e Meurthe foi anexada pela Prússia.

O uso da Geografia como uma estratégia para a obtenção ou conservação de territórios é uma coisa que atravessa toda a obra de La Blache. Além de um estudioso motivado pelos aspectos físicos de diversas áreas, fazendo comparações de como eles se apresentavam na Europa, era

[...] também um intelectual engajado e, por isso, preocupado com a economia, a política e as formas de penetração francesa em território africano. Observando tanto as medidas de seu

Império quanto do Britânico, seja na África ou na América do Sul, tratava-se de salvaguardar os interesses franceses. (RIBEIRO, 2010b, p. 30)

Como o geógrafo Halford Mackinder (1861-1947)⁹ já fizera na Grã-Bretanha, Vidal formulou uma geopolítica para a França: tratou da dimensão política de fenômenos espaciais de (e para) seu país natal. Não tratou somente da política territorial francesa; também fez uma análise geográfica de economia, agricultura, indústria, população e cidades. E uma relação social por excelência entre espaço e poder não pode ser ignorada pela Geografia. No artigo “A Geografia Política: a propósito dos escritos de Sr. Friedrich Ratzel”, de 1898, Vidal escreveu: “*Os fenômenos da geografia política se modificam segundo as condições de extensão e isolamento das áreas que são o seu teatro.*” (LA BLACHE, 2012d, p. 407)

O Prefácio de “A França de Leste”, considerando que o livro foi escrito em 1916 e publicado no ano seguinte, ou seja, durante a Primeira Grande Guerra (1914-1918), revela-se moderado, a tal ponto que não faz nenhuma alusão direta à guerra que se desenrolava. E, já no primeiro parágrafo, Vidal anotou que seria permitido dizer que não era uma “*obra de circunstância*” (LA BLACHE, 1994, p. 01). Entretanto, analisava o leste da França e considerava, como integrante dele, as regiões anexadas há quarenta e cinco anos pela antiga Prússia, durante um conflito que poderia ter (e teve), no seu final, a “restituição” daquelas regiões. Ele afirmou estar fazendo somente um estudo de uma região [*contrée*] situada entre o Reno e o Mosa (ou Meuse; atualmente também nome de um departamento do nordeste, na região de Lorena), que se estendia, ao norte, até Ardenas e se limitava, do outro lado, às cadeias e aos vales do Jura. Ou seja, segundo ele, não era um problema de fronteiras, mas de uma região que se localizava em “*um lado onde a geografia parecia solicitar*”. A geografia? Por que era uma continuação da Bacia Parisiense? Será que não havia outras razões?

Lacoste observou algo importante no prefácio do livro: Vidal não se referiu ao fato de a região ser cortada por uma linha de contato e de afrontamento linguístico entre francês e alemão. Utilizou-se da “estratégia do silêncio”. Não quis destacar que a Alsácia e o norte de Lorena, incluídos nessa França de Leste, eram territórios de domínio da cultura germânica. Minimizava as diferenças linguísticas e destacava, ao máximo, a “comunidade de destino político”.

No decorrer do livro, muito raras serão as alusões às diferenças entre as populações de língua francesa e aquelas de língua alsaciana ou alemã, e Vidal negligenciou (ou: não fez caso) mesmo de esboçar o traçado da linha de contato entre os dois conjuntos linguísticos. [...] No estado de fervor patriótico no qual se encontrava a população francesa antes, e mais ainda, durante a guerra, não era fácil fazer alusão ao fato de que o francês não era a língua materna da maioria dos alsacianos e da população da Lorena anexada, visto que era sobre esta constatação que se fundamentava a tese alemã para justificar a anexação de territórios de língua alemã. (LACOSTE, *in* LA BLACHE, 1994, p. XII)

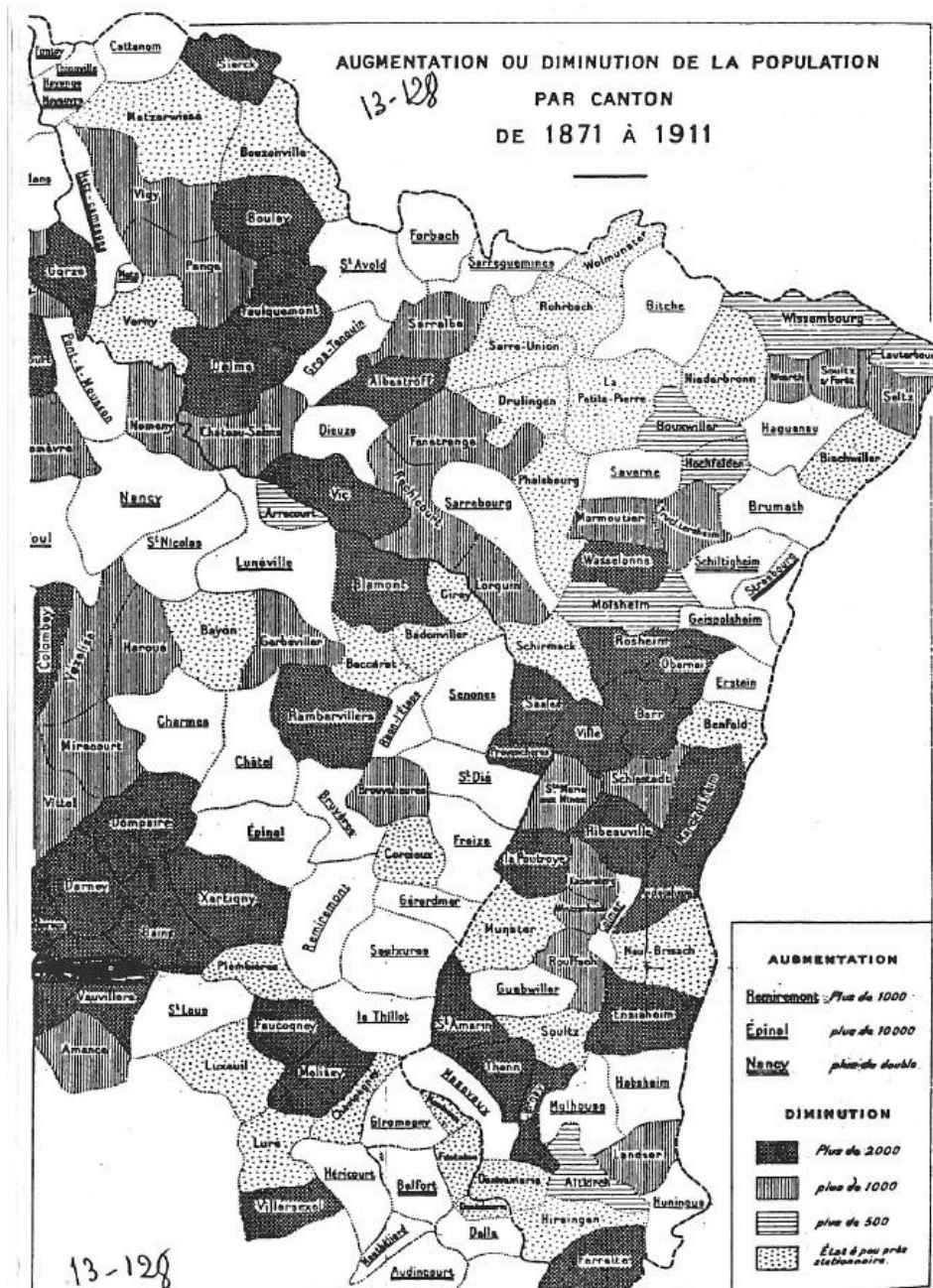
Naquele conjunto de populações, entre as quais diferenças não faltavam, foi formada uma França singular, “profundamente francesa”, embora portadora de suas individualidades. Ali, segundo Vidal, o patriotismo foi submetido às mais duras provas, e foi nessa área que ele se revelou mais tenaz.

Atribui-se, geralmente, à Revolução francesa o mérito desta fusão; e isto é verdade, se, sobretudo, se tem em conta do trabalho anteriormente concluído nos espíritos. A vida social, nas cidades, de Metz e Nancy como em Estrasburgo e Colmar, era impregnada de civilização francesa, no contato como nossos escritores e nossos filósofos. (LA BLACHE, 1994, p. 03)

Um espírito de tolerância e de humanidade, um ideal comum de democracia e de igualdade estariam presentes nos alsacianos e lorenenses de língua francesa, segundo ele. E muita coisa mudou após a Revolução Francesa, com a chegada das ferrovias, da grande indústria etc. “*Uma transformação do gênero de vida continua assim, com um andamento que avança, seu curso inflexível.*” (Ibidem, p. 04)

Segundo o autor, a França do Leste, um território intermediário entre a Europa ocidental e a Europa central, estava em contato com o mundo germânico, que era contíguo ao mundo leto-eslavo, o qual se limitava com o mundo turco e mongol. Ela recebia, assim, a repercussão dos acontecimentos que se passavam a enormes distâncias.

Mapa 01: França do Leste - Aumento ou diminuição populacional por cantão (de 1871 a 1911)



Fonte: LA BLACHE, 1994, p. 286.

Na primeira parte (de um total de cinco), intitulada “A Formação de França de Leste”, possui seis capítulos. No primeiro (“A Região”) ele apresentou as características básicas da região situada entre o Reno, o Mosa e Ardenas, destacando aspectos físicos para delimitá-la. Apresentou as diversas formas de relevo das duas regiões, escreveu sobre as áreas que foram sucessivamente se colocando sob a dominação francesa, comparou com outros espaços (como Suíça e Holanda), falou de seu papel nas comunicações entre diversos territórios etc.

No capítulo segundo, intitulado “Alsácia”, também descreveu as características físicas, os locais mais fáceis ou mais difíceis para o estabelecimento humano, suas culturas e sobre a indústria, um tema muito comum nesse livro. Discorreu ainda sobre a imigração proveniente das regiões vizinhas e sobre o sentimento de desdém que a Alsácia tinha em relação a uma região do outro lado do Reno (Souabe) – rio que atualmente separa a Alsácia da Alemanha –, em uma tentativa de minimizar os efeitos da comunidade linguística. Também sobre cidades, habitações, sempre voltando ao passado. O camponês alsaciano não admitia a prescrição do que considerava como seus direitos. *“A independência, todavia, não exclui dele a circunspeção nem a disciplina. Ele sabe, se for necessário, se reservar e esperar. É um sentimento enraizado de justiça que inspira nele o espírito democrático.”* (Ibidem, p. 17) Terminou elogiando Estrasburgo, que havia se tornado uma cidade no sentido pleno da palavra, de elevada cultura, e sua burguesia brilhava na indústria e na ciência.

No capítulo seguinte (sobre a Planície Lorena), disse à respeito das paisagens de Lorena, suas diferenças de solo que favoreceram a solidariedade entre os habitantes, sobre sua agricultura – que era a base de sua economia – e seus aglomerados populacionais, não colocando grandes problemas físicos (embora escrevesse que a terra estaria longe de oferecer a facilidade do *loess* renano) ou sociais.

O capítulo quatro foi sobre o povo de Lorena, que não era somente agrícola, que possuía outros elementos pouco estáveis, além dos artesãos ambulantes, da mão de obra não especializada e do habitante dos Vosges. Apesar de tudo, “[...] *duma extremidade a outra da região que se estende do Mosa ao Vosges, as relações dos habitantes dão a impressão de uma sociedade homogênea cujas classes se sentem solidárias; [...]*” (Ibidem, p. 42) No entanto – e isso ele não diria – somente seriam solidárias se o capitalismo não tivesse adentrado.

No capítulo cinco (“A entrada na unidade francesa”) iniciou dizendo que “*A sombra da França se projetava cada vez mais sobre essas regiões.*” (LA BLACHE, 1994, p. 45) e fez uma retrospectiva histórica, incluindo a entrada da região de Lorena na “unidade francesa”. “*A França trouxe às regiões [contrées] incapazes de estabelecer sua segurança e de garantir sua própria defesa, a proteção e a garantia de sua força.*” (Ibidem) E levou mais coisas, entre elas a justiça francesa, igual para todos, segundo

ele. Tudo isso possibilitou que, na imaginação das massas populares, elas se identificassem com a autoridade da França.

Em sua reconstituição histórica, disse que “*A nobreza era profundamente ligada aos privilégios que lhe valiam à pena, nessas regiões nas quais os bens eclesiásticos ocupavam uma grande parcela, uma lucrativa admissão aos assuntos nobres e aos benefícios.*” (Ibidem, p. 49) Mas se em Lorena os nobres serviam ao rei francês, isso não era do mesmo modo na Alsácia. Findou esse capítulo afirmando que, se a diferença de língua se colocou como uma barreira, existia uma linguagem comum que todos entendiam: o da justiça uniforme; e essa linguagem foi a França que, pela primeira vez, fez ressoar na Alsácia.

No sexto capítulo (“O Antigo Regime”) escreveu sobre a indiferença da política à respeito do ensino da língua francesa na Alsácia. O Estado não avaliou que a questão fosse de sua alçada. Vidal não via problema no uso de dialetos (existiam em diversas regiões do país), mas discordava do fato de deixar a alemã o papel de língua oficial em grande parte dos atos públicos. “*A ideia atualmente reinante, assim como na América ou na Europa, de que a língua nacional é um patrimônio comum do qual todos devem participar, não havia entrado no espírito do tempo.*” (LA BLACHE, 1994, p. 53-54) Somente em 1768, conforme ele, se considerou, pela primeira vez, o fato de se criar escolas nas quais o francês seria ensinado. Como já se citou, ele minimizou a língua como critério de pertencer a uma nação, mas também não definiu claramente o que era uma nação.

Segundo o autor, essa indiferença do poder francês não o chocava tanto, mas dela tirava uma lição. Não poderia, sob o pretexto das línguas, armar povos contra povos. Isso transportava para um período no qual outro espírito dominava nas relações entre os homens. Via-se nos idiomas um meio de unir os homens e não de dividi-los; e a língua francesa aparecia especialmente como um veículo de ideias gerais, um meio de comunicar livremente por cima dos preconceitos, das fronteiras. (Ibidem, p. 54).

Depois analisou a vida econômica dessas regiões, que era orientada para a Europa central e para os Países Baixos, o afluxo de estrangeiros, citou o Zollverein¹⁰ e que estava iniciando uma revolução econômica da qual ainda não se podia medir suas repercussões. “*Era chegado o momento no qual a grande indústria fazia seu advento na Europa.*” (Ibidem, p. 57) E, mais de um século após a anexação política, a anexação

econômica não tinha ainda sido realizada. Mas esperava que, sem crises, sem medidas de força, se processaria a fusão entre povos predestinados a se compreender. O sentimento de um ideal comum de civilização aproximava de novo os espíritos.

A segunda parte (com quatro capítulos), cujo título era “A Revolução e o Estado Social”, trazia a principal justificativa da razão de a Alsácia e de o norte de Lorena começarem a ser francesas em razão das suas participações, muito ativas, na Revolução Burguesa de 1789. No capítulo sete (“O Choque da Revolução”) afirmava que a Revolução Francesa foi um grande sopro. “*Não foi uma questão de privilégios de classe ou de província. [...] Por detrás desse reboco feudal que se esboroa aparece uma sociedade de espírito moderno e democrático, em comunhão de ideias e de sentimentos com o restante da França.*” (LA BLACHE, 1994, p. 63) Meio esquisito dizer que não foi uma questão de privilégios de classe. Afirmou ainda que “*A difusão da língua francesa fez em alguns anos mais progressos do que em um século.*” (Ibidem, p. 64) Na própria Lorena alemã eles escolhiam de preferência professores que falavam as duas línguas.

A Revolução tinha tocado esses povos pela fibra mais sensível: este amor a terra, esse desejo ardente de ter acesso à propriedade, essa cobiça instigada sem cessar nos camponeses da Alsácia, como entre os *arrendatários [baillistes]* e entre os *jornaleiros [manoeuvriers]* de Lorena, através do atrativo dos ricos bens da igreja mostrados diante deles como uma mesa aberta, [...]. (LA BLACHE, 1994, p. 65)

Ressaltou a atividade nova de seu tempo – a indústria –, a importância das reservas de ferro e de hulha que ali existiam, mas que era necessária a existência de um período de calma. “*Essas perspectivas novas de prosperidade e de trabalho repousam sobre uma hipótese de paz, que permanece muito tempo enganadora.*” (Ibidem, p. 67) De qualquer modo, o que ele destacou nessa parte foi a questão da extensão das características francesas sobre territórios de cultura germânica, pois essa era a sua principal justificativa. “*A união foi um ato lentamente preparado, pacientemente amadurecido; fruto de uma boa vontade recíproca.*” (Ibidem, p. 68) Portanto, fez uma defesa das mudanças provocadas pela Revolução Francesa como uma justificativa para a manutenção dessas regiões pela França.

No capítulo VIII (“Penetração em Profundidade”) permaneceu com a mesma discussão, colocando as características naturais favoráveis à atividade agrícola, alguns entraves para o desenvolvimento industrial, o nascimento de uma burguesia industrial e o maior acesso à propriedade e, é claro, dos benefícios provocados pela Revolução Burguesa. Fez uma defesa clara da liberdade econômica individual. “*Uma burguesia industrial está agora em marcha. O desenvolvimento de uma classe enérgica de patrões, filhos de seus trabalhos, [...], formada para a chegada de um sólido núcleo republicano.*” (Ibidem, p. 72)

A ideia da Revolução se estabeleceu desta maneira no espírito popular sob os auspícios de um progresso social que atingia as camadas mais ínfimas da sociedade. Na ascensão geral que sacudiu todas as fileiras [*rangs*], que modificou as condições e as relações das classes, as mais humildes saudavam a chegada de uma vida nova. (LA BLACHE, 1994, p. 76)

E reafirmou, três páginas adiante, no início do capítulo IX (“A Revolução e o Espírito de Fronteira”), que a Revolução soldou a união da Alsácia e da Lorena ao restante da França, que ela acentuou a diferença com o estrangeiro. “*A fronteira se tornou uma fronteira moral.*” (Ibidem, p. 80)

Mas há para os povos, assim como para os indivíduos, uma idade de maturidade, na qual os traços se fixam e a fisionomia definitiva se compõe. O período revolucionário foi o sinal dessa metamorfose. Foi uma época de gênese, como a gente se depara de vez em quando na vida dos povos. Ela consiste em mudar o conjunto de indivíduos, de vassallos, de membros de comunidades restritas, em cidadãos de um grande Estado. [...] De cima para baixo da escala social, cada um se sente afirmado na consciência de sua dignidade de homem: o camponês sobre sua terra, o operário à oficina, o militar ao exército. (LA BLACHE, 1994, p. 80-81)

A tentação militar era bem forte, tanto em Lorena quanto na Alsácia. Uma grande lição de igualdade saía das biografias militares e, mesmo entre os mais ignorantes e os mais simples, havia um sincero sentimento democrático (Ibidem, p. 84). E algumas vezes se enganavam sobre a natureza dos sentimentos que incitavam em

relação à guerra essas populações do Leste. A guerra não era uma indústria e nem uma aventura. Eles a faziam “[...] *pela defesa de seus direitos proclamados pela Revolução, contra uma coalizão que ameaçava, ao mesmo tempo, esses direitos e a integridade do solo nacional.*” (Ibidem, p. 85)

No capítulo X (“O Espírito Democrático após as Guerras do Império”) escreveu sobre o que restou das antigas classes privilegiadas, a influência do clero católico nessas regiões, o estado social fundado sobre a pequena propriedade e o sentido de autoridade e de disciplina inato na população. Sobre o clero católico, declarou que ele era numeroso, que representava uma força, que era de essência popular (de onde tirava sua força), mas que dispunha de pouca autoridade sobre a burguesia. E a Alsácia, por exemplo, estava exposta à coexistência de religiões, o que fazia com que “*o micróbio nocivo das lutas religiosas não pudesse se aclimatar.*” (Ibidem, p. 91)

Afirmou ainda, na página 93, que a consistência da França de Leste residia nesse povo de pequenos proprietários fortificados pela Revolução Francesa, detentores apaixonados do solo nacional (“*détenteurs passionnés du sol national*”). Depois escreveu sobre as cidades (Nancy, Estrasburgo, Mulhouse, Colmar etc.), elogiou o republicanismo de algumas (Metz, por exemplo), o espírito impregnado de liberalismo da burguesia de Estrasburgo, falou sobre a imprensa, bastante sobre a indústria, citando aspectos de Antigo Regime, Revolução de 1789, Terror, jacobinos, Restauração, Segundo Império e Revolução de 1848. Desta última disse que revelava o espírito republicano, além de pronunciar que foi fundada a Revista da Alsácia e jornais onde o socialismo era definido como “*a procura de remédios que convinham à sociedade sofredora e a perseguição de sua aplicação pacífica.*” (Ibidem, p. 101) Mais nada sobre esse tema. Entretanto, no período analisado, parece que Karl Marx (1818-1883) havia escrito algo bem diferente.

Além disso, escrevendo sobre o período compreendido entre 1815 e 1870, asseverou que diversos regimes se sucederam naquelas regiões, mas persistiu a continuidade dos sentimentos dos quais a Revolução era a origem e que “[...] *a opinião rural permanece fiel ao ideal democrático que a Revolução francesa definitivamente implantou.*” (Ibidem, p. 104) E iniciou o último parágrafo desse capítulo com a seguinte afirmação: “*Assim, tanto na guerra quanto na paz, se afirma uma personalidade regional que, com plena consciência dela mesma, tem livremente anunciado sua adesão*

à grande pátria. Ela tira sua força tanto do passado quanto do presente.” (LA BLACHE, 1994, p.105) Em sua justificativa, Vidal apelou para a Revolução de 1789 na formação de uma “personalidade regional”; desapareceram momentaneamente os aspectos geológicos para dar lugar aos aspectos políticos, a um espírito regional derivado da participação no conflito interno francês.

Na terceira parte, cujo nome é “A Evolução Industrial”, ele se propôs a expor as mudanças que fizeram a Alsácia e Lorena, regiões quase exclusivamente agrícolas, tornarem-se áreas industriais. Essa parte foi dividida em seis capítulos. Nela raramente fez alusões aos problemas políticos ou à anexação (citou a “mutilação de 1871”, por exemplo, nas páginas 164 e 181). Como escreveu Lacoste,

Os capítulos “O começo da grande indústria” (XII) e “Organização econômica da França de Leste antes de 1870” (XIII) permitem a Vidal mostrar que, na França de Leste, o impulso industrial é anterior à anexação, e de refutar implicitamente a tese alemã segundo a qual o desenvolvimento econômico era a consequência benéfica da união destas regiões ao Reich.” (LACOSTE, in LA BLACHE, 1994, p. XXI)

No primeiro capítulo dessa parte (o XI, intitulado “Os Fenômenos Demográficos”), ele fez um estudo da população, procurando entender a correlação que unia fatos econômicos (principalmente a indústria) e fatos demográficos, pois foi “[...] o impulso imprimido à população no período agrícola que forneceu a maior parte da mão de obra que foi utilizada no período industrial.” (LA BLACHE, 1994, p. 109) Ele falou do processo da população em Alsácia e Lorena a partir do século dezessete¹¹. Parece que, para ele, ter mais gente era algo positivo, o que era fácil compreender, pois as grandes mudanças demográficas no mundo ocorreram no decorrer do século XX. Escreveu sobre vacinas reduzindo a mortalidade infantil, sobre a tuberculose e a pobreza provocadas por guerras, mas significativo foi o fato de ligar agricultura e indústria, não as analisando isoladamente, como fizeram alguns de seus seguidores brasileiros.

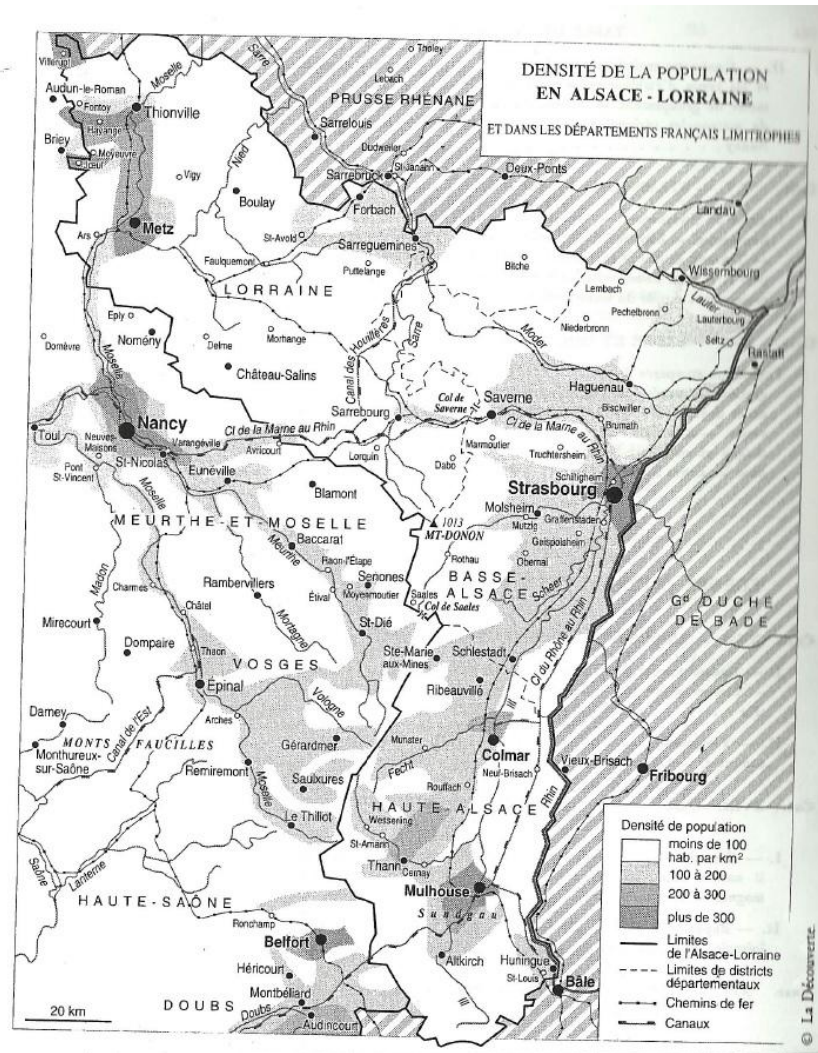
No capítulo(XII) “O Começo da Grande Indústria”, afirmou que o reino da indústria, preparado de longa data, ia se estabelecer. Aliás, falou bastante da indústria e das cidades nesse livro, o que corrobora a visão de que, em “Princípios de Geografia

Humana” (1954), existia pouco sobre esses temas porque ele não conseguiu completar devido a seu falecimento. Nesse capítulo, possui um cuidado no uso de dados estatísticos, colocou a mudança dos gêneros de vida graças à “modernidade”, falou do método seguido para o estabelecimento de mapas (“*é uma interpretação e não uma reprodução*”) e do mapa sobre a Densidade da População em Alsácia-Lorena, em 1910 (ver mapa 02), que não poderia ser uma forma de instantâneo, pois possuía “*um longo caminho antes dele*”. E escreveu sobre a densidade demográfica dessas regiões, o crescimento demográfico das mesmas, o aparecimento nelas das estradas de ferro e de canais fluviais, dos recursos minerais, tudo preparando para o surgimento da grande indústria.

Se tudo se transforma, nada se perde no desenvolvimento de uma civilização: a indústria moderna encontrou, quando ela nasceu, uma poderosa alavanca na presença de uma população que devia criar nas montanhas as condições de existência. Que em numerosos casos a usina substituiu no mesmo lugar a abadia, isso pode parecer um símbolo. (LA BLACHE, 1994, p. 131)

Discorreu ainda sobre o aproveitamento industrial do algodão, as abundantes forças hidráulicas da cadeia do Vosges, a localização das indústrias e fez um elogio à ciência. Mas para quem afirmou nesse capítulo que “*Mais os salários aumentam na planície da Alsácia, mais se recorre à mão de obra montanhosa.*” (Ibidem, p. 132), foi esquisito perceber que nada disse sobre a organização ou não dos trabalhadores, sobre a existência ou não de sindicatos operários, que já possuíam um papel significativo na França no período.

Mapa 02: **Densidade da População em Alsácia-Lorena**



Fonte: LA BLACHE, 1994, p. 287.

No capítulo, o décimo terceiro, chamado “Organização Econômica da França de Leste antes de 1870”, Vidal continuou a demonstrar que o crescimento das indústrias (assim como em outras regiões francesas) começou antes da anexação. “Nosso departamento do Sarre não tardou a tomar alguma coisa da fisionomia tão característica que a indústria metalúrgica moderna imprime nas áreas onde ela toca.” (Ibidem, p. 137/138) Escreveu que, em tempo anterior às estradas de ferro, se podia observar uma tendência na direção da concentração industrial, inclusive graças à influência da bacia hulhífera e do minério de ferro. “Um gênero de vida novo, aquele de agrupamentos industriais especializados e ligados à fábrica [usine], se estabelece diante de gêneros de vida semi-agrícolas, semi-industriais, que possuíam raízes profundas junto a essas populações.” (Ibidem, p. 140) Na sequência, discorreu sobre as ferrovias e o êxodo industrial após o Tratado de Frankfurt ou a “mutilação de 1871”. A

fração territorial que coubera à França parecia incapaz de sustentar a força industrial de antes; as fábricas de fiação alsacianas, os centros metalúrgicos mais prósperos de Mosela eram agora alemães. “[...]: *o que nos restou senão migalhas?*” (Ibidem, p. 146) Segundo o autor, os acontecimentos, os mais dolorosos que se possam imaginar, colocaram em ação a “comunidade de sentimentos”. É assim que uma espécie de continuidade regional pôde sobreviver à separação política (Ibidem, p. 150).

O capítulo catorze (“Extensão da Indústria do Ferro em Lorena”) começou com a seguinte citação: “*Às vésperas da guerra de 1870, a indústria mineira estava em pleno crescimento em nosso departamento de Mosela.*” (LA BLACHE, 1994, p. 151) As pesquisas da hulha, estimuladas pela vizinhança do ferro, faziam com que um organismo industrial tendesse a se formar pela proximidade dos dois recursos minerais. A anexação concedeu à Alemanha o essencial para o desenvolvimento industrial. Houve uma espécie de continuidade de crescimento econômico nos territórios anexados e nos que permaneceram franceses, e as siderúrgicas implantadas pela Alemanha eram vizinhas das criadas pela França.

Pois as separações de fronteiras não têm o poder de opor barreiras restritivas às indústrias que extraem seus recursos do subsolo. À chamada dos recursos minerais, acorrem as forças internacionais que ela põe em movimento: mão de obra, capitais, direção técnica. Os fatores econômicos prevalecem, nesse caso, sobre os fatores políticos. (LA BLACHE, 1994, p. 153)

Depois falou sobre a utilização dos recursos minerais, de seus subprodutos, das indústrias que alimentam, da imigração (nesse caso, até da proporção de mulheres, o que era incomum em seus textos) em Lorena, o que implantou definitivamente um novo gênero de vida com todas as suas consequências. “*No lugar onde a fábrica se instalou, a antiga aldeia rural foi engolida.*” (Ibidem, p. 159). E do contraste entre a região na qual se estabelecia a indústria mineira e aquelas nas quais permanecia o regime agrícola, das características de cada uma. Nessa parte havia uma citação que retirava um pouco o caráter rural pregado pela Escola Regional como se fosse um preceito de Vidal: “*A ideia regional é, sob sua forma moderna, uma concepção da indústria; ela se associa àquela de metrópole industrial. Não se concebe mais a ação de uma cidade distante, ainda que seja Paris, tal como [não se concebe] o leme separado do navio.*” (LA BLACHE, 1994,

p. 163) Após isso, escreveu sobre Metz e Nancy (inclusive sobre sua universidade), para terminar dizendo que era uma escola de solidariedade e, com isso, de patriotismo.

No capítulo seguinte (quinze), de nome “Estrasburgo e seus Portos”, descreveu sua posição, as origens da cidade, sua ligação com o Reno (do qual narrou sobre o curso superior) e seus canais, suas características urbanas, sobre o porto industrial e o porto comercial, entre outros aspectos. Somente para demonstrar que cresceu bastante antes de 1871.

O último capítulo dessa parte, o dezesseis, nomeado “Êxodo e Imigração em Alsácia-Lorena”, também não tem muita coisa a ser destacada. Com cifras demográficas, expôs o êxodo ocorrido após 1871 e a imigração de alemães (e de italianos). “*É a Alemanha em pessoa que monta guarda em sua conquista.*” (Ibidem, p. 186), escreveu ele após falar da preponderância de prussianos entre os militares e os funcionários, que constituíam a “*armadura do germanismo*”. E, segundo Vidal, a Alemanha, apesar da semelhança de línguas, diferia da Alsácia e que esta não diferia menos de Lorena (de língua francesa), mas que, entre as duas últimas, a aproximação e a fusão eram operadas sem dificuldades, sem abalos (Ibidem, p. 188).

Os cinco capítulos da parte seguinte, a quarta, intitulada “Europa Ocidental e Europa Central”, tratavam da hegemonia alemã (capítulo XVII), do princípio de agrupamento da Europa ocidental (XVIII), da questão da fronteira na França de leste (XIX), do Reno (XX) e das vias de comunicação com a França (XXI). Iniciou essa parte com o capítulo “A hegemonia alemã”, com considerações como “*Da França e da Inglaterra partiam os movimentos de opinião em favor da liberdade dos povos subjugados.*” (Ibidem, p. 195), pois a expressão “potências ocidentais” aparecia correntemente na linguagem política da Europa. Um foco de ideias liberais propagava-se da França e da Inglaterra para diversas partes do mundo. Uma civilização comum se exprimia através da democracia inglesa e dos princípios da Revolução Francesa estabelecendo os direitos dos povos e do homem. Havia acontecido mudanças no mapa europeu e

Entre uma França desamparada, uma Inglaterra não desiludida do germanismo, uma Rússia ainda hesitante sobre sua política externa, as ambições do novo Império podem dar livre curso. Pela primeira vez uma grande potência militar e econômica está

instalada no centro de Europa, dispendo de vias que se cruzam. (LA BLACHE, 1994, p. 196)

Uma posição central que já tinha induzido tentações de hegemonia do Sacro Império Germânico (Ibidem, p. 196). A Alemanha era (e talvez ainda seja) um Estado mais bem localizado para a dominação de grande parte da Europa.

Acusava a Alemanha de estar agindo fora dos princípios políticos de “cunho civilizatório” da Europa, se opunha aos métodos germânicos de extensão territorial, de poderio militar e de exploração de recursos naturais, além de ver uma possibilidade de uma aliança continental com as forças do leste e do oeste do continente. Em sua análise, colocou um ator temido por Mackinder: a Rússia, se opondo a isolá-la, conclamando-a a participar da “comunidade europeia”.

Escrito durante o primeiro grande conflito do século XX, chamou a atenção para o “império” germânico (que havia “mutilado” a França), censurou a diplomacia ocidental por não ter percebido as ambições alemãs e convocou a Rússia para ser uma aliada. Citando a extensão territorial como a medida da vitalidade e da saúde de um Estado (uma referência ao espaço vital proposto por Ratzel), colocou:

Diante do espetáculo desses formigueiros humanos, dessas cidades por todos os lados aumentando, sucede ao observador de se perguntar se não estaria assistindo a formação de alguma coisa nova, de um Estado ultrapassando os quadros que a história parecia ter destinado à maioria dos Estados da Europa, capaz de disputar, um dia, mesmo com a Rússia, a vantagem da extensão. Se esse pensamento viesse a acometer o espírito do visitante, considere se ele se arraigasse no espírito da Alemanha! O crescimento no sentido material, a extensão, *Raum*, segundo a expressão de seus teóricos de geografia política, é a medida da vitalidade e da saúde de um Estado. Se, portanto, a Grã Bretanha, a França, a Rússia encontraram na África e na Ásia seu campo de expansão, o da Alemanha está principalmente designado em seu entorno imediato: ele consiste em uma cintura de Estados abrigados em seus flancos, em uma clientela unida por uma estreita combinação de interesses à ascendência de sua força. (LA BLACHE, 1994, p 197)

Ou seja, tratou como uma coisa normal o fato de certos países europeus dominarem terras africanas e asiáticas (deixando claro que era favorável ao

colonialismo) e somente preocupado pelo estabelecimento de uma potência (que já havia tirado domínios que ele considerava franceses) no centro da Europa.

A posição central da Alemanha dava a ela um feixe de vias de comunicação em todos os pontos cardeais. Esse país possuía ainda diversos gêneros de ambição (econômicos, científicos, políticos) e “*Uma superioridade implica em outra; ela é um signo; ele cria um direito. [...] Do prestígio da glória militar e do renome de suas universidades, combinados em um bloco indissolúvel, se constituía uma grande emanção de influência.*” (Ibidem, p. 199)

Ele possuía clareza em relação às ambições alemãs, embora estivesse em defesa de territórios que julgava pertencerem à França. Segundo ele, a posição da Alemanha a tornava intermediária entre dois grupos: um, do ocidente, sólido e já cimentado pela história, e outro, do sudeste, composto por elementos díspares mal ligados entre si (Ibidem, p. 200). Uma corrente de Estados forjada pela Alemanha formaria um dique entre a Rússia e a Europa Ocidental.

No capítulo XVIII (“Sobre o Princípio de Agrupamento na Europa Ocidental”¹²), segundo Guilherme Ribeiro, ele

[...] sustenta que a história da Europa é uma história de misturas de raças, numa argumentação útil contra a xenofobia e a favor do multiculturalismo; em nome das noções de liberdade e justiça, prega a rejeição da superioridade racial e do ressentimento de lutas passadas. (RIBEIRO, 2011b, p. 04)

Nesse mesmo capítulo, Vidal colocou algo que sucederá, em parte, no continente europeu (criação de associações entre países) ou no mundo (a Liga das Nações e a ONU), após a sua morte (1918):

Aliás, como ainda estamos longe de aceder a um grau ideal de civilização no qual antagonismos mais ou menos irredutíveis cessarão de vir à tona, é preciso simultaneamente organizar-se para combinar os interesses que são conciliáveis e se opor aos projetos adversos. É dessa forma que agrupamentos são formados, não sob o império de necessidades efêmeras, mas como uma assistência mútua contraída visando o futuro. A noção de grupos tende a substituir à noção de Estado na condução dos assuntos mundiais. (LA BLACHE, 2012b, p. 456)

Escreveu ainda que, apesar das diferenças étnicas, históricas, culturais, linguísticas, das personalidades nacionais conscientes e ciosas de suas autonomias, dos pequenos e dos grandes Estados, todos se ajustariam para assegurar um conjunto na Europa Ocidental. Por uma longa série de relações, a história “evoluiu” em direção a uma civilização comum (Ibidem, p. 457).

Pouco a pouco, as comunidades de visão sobre o ideal societário e as noções de liberdade e justiça mostraram-se mais fortes do que diferenças idiomáticas, do que razões místicas extraídas de pretensas superioridades raciais ou mesmo que os ressentimentos de lutas passadas. (LA BLACHE, 2012b, p. 457-458)

Era evidente que “liberdade e justiça” eram para países europeus e não para as suas colônias. Citou, como exemplo, o Canadá, onde descendentes de ingleses e franceses agora viviam em paz. Foi esquisito ele dizer, durante a Primeira Grande Guerra, em um momento no qual seu país se utilizava de recursos econômicos e humanos de suas colônias, o seguinte:

Sociedades nas quais a pessoa humana, seja individualmente, seja nos laços que a unem a uma dada coletividade, é objeto do respeito ao qual tem direito, merecem ser consideradas superiores àquelas nas quais essa independência se subordina aos fins supremos que se atribui uma entidade de essência singular chamada Estado. (LA BLACHE, 2012b, p. 458-459)

O mesmo não valia para sociedades indochinesas ou africanas que, aliás, também estavam subordinadas a um Estado: o francês. Entretanto, já dizia sobre as “pretensas superioridades raciais”, que foram reavivadas posteriormente na Alemanha graças, inclusive, à ação francesa nos “acordos” após o conflito (1914-18). Além disso, afirmou que “*Sob várias formas, desde o século XVI, a Rússia não parou de procurar abrir seus horizontes ao organizar comunicações livres com a Europa Ocidental. E, seja por si própria ou por seus aliados, a Alemanha sempre tratou de se opor a esse projeto.*” (Ibidem, p. 460) E escreveu sobre a Rússia, falando que a falta de multiplicidade de produtos e de um mercado interno mais forte dificultavam a atração

estrangeira. Contudo, mudanças profundas estavam acontecendo no país, existia uma rede de ferrovias com a Ásia, era “*um dos principais reservatórios de recursos para o futuro*”, a indústria estava se diversificando, a agricultura se adaptando aos mercados externos, tudo isso assegurando “*um emprego frutífero aos capitais e inteligências exteriores*”. Mal sabia ele que alterações significativas iriam ocorrer, no mesmo ano da publicação de seu livro, no Império Russo.

Entretanto, segundo o mesmo, “*Os acontecimentos atuais revelam que a Alemanha desligou-se sistematicamente desse conjunto. [...] Ela não separa a ideia de grandeza daquela de expansão.*” (Ibidem, p. 459) A diferença com a França, no período, era que esta não procurava mais (pois, com Napoleão, teve essa pretensão) se expandir no território europeu; mas possuía a necessidade de garantir suas colônias em outras terras para manter o *status* de potência. Aliás, parecia isso mesmo que ele estava afirmando, no mesmo artigo, ao escrever:

A guerra deu início à refutação; as obras de paz devem terminá-la. A partir de então, grandes tarefas se apresentarão. A França terá de prestar contas perante o mundo pelos recursos naturais que já possui e por aqueles que têm a legítima ambição de adquirir. Seria injustiça supor que ela possa falhar nessa tarefa. (LA BLACHE, 2012b, p. 460)

Nos parágrafos finais desse capítulo (XVIII), afirmou que se a Alemanha era central em relação à Europa, a Rússia o era em relação à Ásia e o império russo possuía recursos agrícolas e industriais que formavam uma das principais reservas do mundo e comandava os caminhos da China. E que “*Interessa à Rússia facilitar o concurso dos Estados da Europa Ocidental e vice-versa. Os indícios de uma fecunda cooperação recíproca já se anunciam diante do fracasso das armas.*” (LA BLACHE, 2012b, p. 463) Escreveu isso em 1916 e, no final do ano seguinte, as coisas começaram a mudar na Rússia e se desviaram completamente do que imaginava Vidal.

No capítulo dezenove, à respeito da questão da fronteira na França de leste, não tratou precisamente da nova fronteira de 1871, e sim da de 1814 e 1815, entre a bacia hulhífera da região de Sarre e o norte de Lorena. Segundo ele, uma área difícil de constituir em uma fronteira estável, e escreveu basicamente sobre a época em que eram áreas consideradas francesas. Começou com análises de 1648, passando por diversos

conflitos que aconteceram (reinado, Revolução, Tratado de Pais de 1814 e 1815, Congresso de Viena de 1815 etc.) e que alteraram a posse dessas terras.

Sobre o Reno (capítulo XX), ele destacou a importância desse rio internacional para a Alemanha, mas também para a França; além disso, afirmou que a liberdade de navegação nesse rio deveria ser efetivamente assegurada. Começou esse capítulo afirmando que

A Alemanha gosta de praticar na indústria a manobra envolvente que é sua tática favorita na guerra. Pelo crescimento enorme de sua produção hulhífera e dos meios de transporte colocados a seu serviço, pelas ligações de interesses que seus bancos comerciais conseguem “fechar” [contratar] mesmo fora da Alemanha, pela produção excessiva de engenheiros que suas Escolas Técnicas colocam no mundo, ela prepara o terreno para o ataque direto que executam suas poderosas associações industriais, agrupadas em *trusts* para a resistência e, sobretudo, para a conquista. Foi assim que gradualmente, metodicamente, ela continuou na Alsácia-Lorena o assédio da indústria local. [...] Erigir a Alsácia-Lorena em fortaleza da indústria alemã é um dos artigos do programa das ambições do Império; programa de cobiça convertido em necessidade pelo impulso sem medida impresso à produção industrial. (LA BLACHE, 1994, p. 223-224)

E para ajudar em suas ambições, a Alemanha dispunha de um auxiliar poderoso: a bacia do rio Reno¹³, o tema do capítulo. E tratou das condições, naquele momento, de navegação do Reno (principalmente em razão da posição ocupada pela Alsácia), de suas falhas e da organização de rios internacionais (notadamente sobre a liberdade de navegação).

O capítulo a seguir, o vinte e um, foi sobre “As vias de comunicação com a França”, notadamente de canais fluviais, com destaque para a ligação entre o Reno – que passa na Alsácia – e o Ródano e sobre o canal de Marne¹⁴, e das estradas de ferro que partiam ou passavam pela região do leste francês. Depois, sobre o apoio que a indústria francesa possuía dessa região, notadamente no transporte do ferro e da hulha. Analisou bastante o ponto de vista industrial, principalmente relacionado a esses recursos minerais citados.

A quinta e última parte, intitulada “As Possibilidades do Mercado Francês”, constituída por três capítulos, sendo um sobre a “evolução” industrial de seu país, outro a respeito das relações entre o leste e o sul, finalizando com “Nossas colônias”, no qual reafirmou que, em virtude de suas numerosas colônias, seu país era uma grande potência. No primeiro deles (XXII – “A Evolução Industrial da França”), escreveu sobre as necessidades de articulação, de interligação das grandes vias de circulação na França (naquele momento atrasada em relação a algumas potências), sempre visando não perder o papel de seu país no cenário mundial, como no trecho a seguir, da página 249, em uma tradução de Guilherme Ribeiro:

É de se prever que impor-se-á com a máxima urgência a necessidade de adaptarmos nossas vias de comunicação, meios de transporte, tarifas, enfim, o conjunto do mercado, aos novos núcleos de atividade industrial. A circulação geral, ainda muito imperfeita entre as diversas partes de nosso território, deverá ser ramificada, multiplicada de forma a se insinuar por todos os lugares sem atrito. Seguindo a pitoresca expressão americana, é mister que as correntes comerciais estejam em estado de constante fluidez; é mister impedir que elas não esfriem. [...]. (...) em vista do mar, nossa rede ferroviária não foi suficientemente ajustada. Temos que corrigir esses defeitos, preencher as lacunas de nossa organização econômica. Nossos principais portos marítimos deverão cessar de serem órgãos quase exteriores e entrar em contato mais íntimo com o conjunto do mercado. (LA BLACHE, *apud* RIBEIRO, 2011b, p. 08)

Nesse capítulo também não isolou a região pretendida do restante da França (e nem de ligações internacionais), demonstrando que a prática de diversos de seus seguidores de isolar uma região de um país não foi por ele pregada.

Na sequência, o capítulo vinte e três (“Relações entre o Leste e o Sul”), traçando aspectos das relações da região analisada com o Mediterrâneo francês, aí destacando o vale do Ródano e o papel das cidades de Lyon e Marselha, além do papel da energia hidrelétrica em razão da raridade da hulha na porção meridional do território francês. Terminou escrevendo, no último parágrafo, que dessa maneira se completaria a unidade econômica da França. Em vez de se concentrar em algumas sedes, a vida econômica se introduziria com mais mobilidade e flexibilidade e as relações econômicas resultariam

em uma coesão mais completa; libertaria uma força coletiva capaz de manter em todos os ramos uma solidariedade benéfica economicamente (Ibidem, p. 255).

No último capítulo, de nome “Nossas colônias”, fez referências às colônias africanas e asiáticas da França, do mesmo modo que sempre tratou esse assunto: “nossa” África do Norte, “nossa” Cochinchina. Por causa da guerra na Europa, pediu atenção sobre a atitude das colônias para com a metrópole, pois a França havia utilizado contingentes “coloniais” tanto nos campos de batalha quanto nas indústrias da guerra. Dizia que as potências coloniais deveriam tirar uma lição durável desse fato, que lhes serviria de regra.

A França em particular, cujo domínio colonial compreende populações de religiões diversas, colocadas nos degraus os mais desiguais de civilização, a maior parte tendo sua história e suas tradições próprias, é chamada a refletir conscienciosamente sobre seus métodos. (LA BLACHE, 1994, p. 258)

Na sequência, realizou uma análise das principais áreas dominadas pela França, visando um melhor domínio e exploração por parte da metrópole. Seu país havia assumido, por meio de seus empreendimentos coloniais, uma responsabilidade, frente à qual não poderia recuar, pois “*deve exercer dignamente sua dominação*”.

Seu dever é colocar em circulação os recursos dos quais ela é depositária, tanto para aumentar seu próprio comércio e alimentar sua indústria [...]. Este Império colonial merece ocupar a atenção e os esforços, não de alguns especialistas, mas da França inteira. Ele representa nosso futuro no mundo. (LA BLACHE, 1994, p. 260-261)

Foi significativa sua afirmação de que a França necessitava aproveitar tudo o que fosse possível dos territórios que ela ocupava no mundo.

Na conclusão, de duas páginas e meia, escreveu mais sobre aspectos econômicos, dissimulando questões políticas. Afirmou que a França de Leste seria reconstituída em seu conjunto e que eles encontrariam grupos industriais consideráveis e entre os mais progressistas do continente europeu. Disse sobre os recursos (agrícolas, minerais, industriais etc.) que existiam na região e que essa junção não seria isenta de dificuldades.

É difícil de medir a repercussão que esse grande fato exercerá sobre a vida econômica da França. Pode-se afirmar que ele será considerável. Talvez, pela primeira vez em sua história econômica, nosso país verá se levantar diante dele, em toda a sua amplitude, o problema da exportação. (LA BLACHE, 1994, p. 263/264)

Em defesa do capitalismo imperialista, pregou o aumento das exportações e algumas adaptações, para o país chegar ao primeiro lugar das potências produtivas do mundo. Mostrou o exemplo da indústria britânica na exploração de seu próprio mercado e de suas colônias, de suas invenções técnicas e mecânicas (que lhe asseguraram a supremacia), pois era do mercado mundial, com uma demanda sempre renovada, que a indústria moderna retirava sua vitalidade. Terminou o livro deste modo: “*Depois de nossas revoluções e guerras, caberá ao empreendedorismo e à cooperação de esforços que dele faz parte, reforjar, de um metal sólido, a unidade francesa.*” (Ibidem, p. 265)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a chamada escola possibilista, que afirmava ter Vidal de La Blache como seu mentor, estimulou a fragmentação da realidade (coisa não pregada por Vidal), o isolamento da Geografia entre as ciências sociais e desestimulou a procura de causas na apreensão do todo. Produziu uma indefinição da Geografia ao não defini-la nem como ciência da natureza, nem como ciência social, colocando-a como uma “ciência de charneira” e reforçando a ideia de “ciência síntese”, que se comportou como uma aglutinadora dos resultados de outras ciências.

Procurou-se demonstrar nesse artigo que Vidal, embora frequentemente assumisse um papel de não estar envolvido na política, esteve sim e, de modo mais claro, no livro “A França de Leste”. Paul Vidal de La Blache teve importante papel na institucionalização universitária da Geografia francesa, em um período essencial para a consolidação do império colonial de seu país. Elaborou uma Geografia ligada ao Estado, às classes reacionárias e procurou justificar a dominação em outros continentes. Foi em nome dele que se criou uma corrente que se tornou predominante e de grande influência no Brasil, tanto nas universidades quanto no livro didático, embora essa mesma corrente procurasse omitir (na França e por aqui) as análises abertamente políticas.

Se antes, em outros textos sobre a França, Vidal parecia tratar das estruturas geológicas e pedológicas, dos aspectos físicos, como se isso fosse a análise geográfica proposta, no livro aqui destacado analisou (mais por momentos da história da região) o território considerado, por ele, como parte do Estado francês. Desejava que integrassem, ao seu Estado, áreas que, no passado, haviam agido como francesas (mas não se comportavam mais) e, portanto, pertenceriam à mesma nação. O principal argumento utilizado foi o direito histórico (ainda que limitado a alguns séculos).

A maioria da população dos territórios anexados pela Prússia (principalmente depois do êxodo de francófonos) possuía, pelo menos em 1916, a língua e a cultura alemãs. Por essa razão ele não realçou esses fatos, dando destaque à participação ativa dessa população na Revolução de 1789. Como afirmou Yves Lacoste: “[...] a Alsácia e a Lorena eram francesas porque tinham sido, um século antes, das mais francesas.” (in LA BLACHE, 1994, p. XXVII)

Defendia que os principais Estados europeus não deveriam possuir colônias no próprio continente (principalmente por causa da anexação de Alsácia e Lorena) e, ao mesmo tempo, que estavam incumbidos de explorar áreas de outros continentes. Portanto, era a favor do colonialismo (para os outros povos, é claro) e legitimava com suas pregações a expressão “*missão civilizadora europeia*”, sob a qual se tentava obliterar a ação dominadora, depredadora e exploradora do expansionismo colonial. Guilherme Ribeiro chegou à seguinte conclusão:

De qualquer maneira, a vitalidade geopolítica de *La France de l'Est* não supera o fato de que, para nós, seu *leitmotiv* é majoritariamente econômico. Se é verdade que os fins justificam os meios, Vidal o fez operando o território como *meio* para atingir um *fim* econômico. É assim que a relevância da “Alsácia-Lorena” para a França é menos cultural e identitária do que econômica. (RIBEIRO, 2010b, p. 39)

Este livro demonstra que, do ponto de vista geopolítico, Vidal não estava tão distante de Ratzel, estando ele também convencido de que território e poder eram sinônimos. Ele criou na geografia uma escola nacional francesa, ou seja, para o Estado francês. O texto em análise, no qual não citou os grandes geógrafos do período (como Humboldt, Ritter, Ratzel¹⁵ ou Reclus), as ideias de Vidal eram semelhantes às práticas

estratégicas, empresariais e diplomáticas da França; não deixou de ser um defensor do Estado francês. Além disso, presentes seu antigermanismo, a defesa de um agrupamento europeu que tivesse a França como líder e a possibilidade de trocas comerciais com a Rússia, fato dificultado, com a eclosão, no final de 1917, da Revolução de Outubro. A obra analisada, defensora de uma estratégia a ser utilizada pela França, instaura-se, portanto, no campo da geopolítica e não no da geografia política.

Vidal era a favor do capitalismo liberal para seu país, da devolução de territórios (que ele considerava franceses) anexados pela Alemanha e também das ações do Estado francês em suas colônias, ou seja, do imperialismo. Durante muito tempo, a “escola” por ele criada (e que alterou concepções dele) dominou o pensamento geográfico francês e deu à Geografia – tanto na França quanto onde a importaram, como no Brasil – um caráter regionalista e idiográfico, privilegiando os aspectos permanentes (a *herança*), enfatizando a descrição compartimentada e colaborando para a mistificação dos problemas políticos. Nela o homem não era abordado como um integrante de uma sociedade dividida em classes. Aliás, analisar o ser humano como integrante de sociedades divididas em classes sociais não é uma visão somente de marxistas ou anarquistas, mas daqueles que consideram a Geografia como uma ciência social, que desejam mudanças visando sociedades mais justas. E, para a maioria dos integrantes da chamada Escola Regional Francesa, os conflitos políticos e os problemas de fronteiras também não faziam parte do temário geográfico, pois afirmavam que La Blache, a quem diziam ter como modelo, não os analisava. O livro em questão provou o contrário.

¹ Graduado em Filosofia e Geografia, Mestre em Educação pela PUC-Campinas e Doutor em Geografia pela UNESP - Rio Claro. Professor de História do Pensamento Geográfico da Universidade Federal Fluminense (UFF), campus de Angra dos Reis (RJ). Realiza um pós-doutorado na Faculdade de Educação da UNICAMP.

NOTAS

²Existem reflexões de Vidal, notadamente em artigos, sobre a expansão e a manutenção do império colonial francês. O geógrafo Guilherme Ribeiro escreveu que “[...] *Vidal de la Blache atua em várias frentes: favorável às pretensões do Comitê da África Francesa, faz conferências sobre as colônias e sua revista é um espaço privilegiado de atuação em prol da expansão colonial, [...]*” (RIBEIRO, 2009, p. 26)

³Os trechos citados do livro *A França de Leste* (LA BLACHE, 1994), salvo os com observações, foram traduzidos pelo autor e são, portanto, de sua responsabilidade.

⁴Sobre Reclus, Lacoste permaneceu afirmando: sua obra “[...] *tem sido oficialmente ignorada pelos geógrafos universitários que, por certo, não são, todavia, privados de pilhar, sem citar, sua monumental ‘Geografia Universal’.*” (in LA BLACHE, 1994, p. X)

⁵**Hexágono** se refere à França em razão de sua forma, principalmente após a mutilação em 1871, lembrar esta figura, sendo três lados terrestres e três marítimos. Partindo do norte, em sentido horário, teríamos os seguintes pontos: Dunquerque, Estrasburgo, Nice, Perpignan, Biarritz, Brest. Segundo alguns, na década de 1860, “*hussards noirs*” (“lutadores do saber”, termo que designava os instrutores de crianças, que se vestiam de preto e pareciam soldados), para simplificar os mapas didáticos, colocaram a ideia do hexágono (alguns preferiam octógono, mas depois da perda de Alsácia e Lorena ficaram com o hexágono). “*Na construção do Hexágono, a história desempenhou claramente uma função cívica, contribuindo para fundar a unidade da nação, ampliando “um quadro de referência até então limitado às fronteiras de um cantão”. [...] Por fim, a história também contribuiu para pensar além das fronteiras do Hexágono. Isto é, para pensar na questão da expansão colonial, da irradiação civilizadora da França no mundo.*” (MAGALHÃES, 2003, p. 168)

⁶“*Um afluxo crescente de trabalhadores alemães, atraídos aos novos departamentos pelo incentivo dos altos salários introduzidos pela Revolução Francesa, [...]*” (LA BLACHE, 2012a, p. 300; negrito nosso)

⁷O **Tratado de Frankfurt** foi firmado entre Alemanha e França, em 10 de maio de 1871, e pôs um término no conflito franco-prussiano.

⁸ Chegou a chamar de germanófilo um professor de Geografia da Faculdade de Nancy “[...] *que admitia a separação da Alsácia germanófila frente à Lorena.*” (RIBEIRO, 2011, p. 06)

⁹O inglês **Halford John MACKINDER** (1861-1947), professor de Geografia em Oxford e Londres, criou uma teoria a respeito do **poder terrestre**. A ideia chave era a “[...] *rivalidade secular entre dois grandes poderes antagônicos que se confrontavam pela conquista da supremacia mundial: o poder terrestre e o poder marítimo.*” (MELLO, 1999, p. 11) A pedra angular era o papel da *Pivot Area* (ou *Heartland*), termo que designava o “*grande núcleo do continente eurasiático*”, cujos limites correspondiam ao território da Rússia. A exploração dos recursos dessa região daria ao Estado que a controlasse condição de desenvolver uma economia autossuficiente e um inexpugnável poder terrestre, que teria condições de resistir às pressões do poder marítimo. E se essa fortaleza continental se apossasse de uma frente oceânica, poderia desenvolver também um poder marítimo, se transformando em poder anfíbio. A visão de que os oceanos constituíam um único e vasto espaço de circulação, de um mundo como um sistema político fechado, a Europa deslocada do centro do mapa mundi e subordinada à história asiática e o papel das ferrovias no fortalecimento do poder terrestre, foram alguns destaques de sua teoria.

¹⁰ O **Deutscher Zollverein**, o verdadeiro prelúdio da unidade alemã, foi uma associação alfandegária, iniciada em 1834, entre vários Estados; em 1842, compreendia vinte e cinco Estados. Apesar dos percalços, essa união estimulou o crescimento industrial, acentuou o nacionalismo germânico e a busca de uma união política. Entre 1860 e 1870, os reflexos do *Zollverein* se fizeram sentir: em diversas regiões surgiram distritos industriais e numerosos centros urbanos, houve um grande crescimento das indústrias siderúrgicas, metalúrgicas e mecânicas – com a colaboração das minas de hulha e ferro existentes no território –, a malha ferroviária aumentou cinco vezes etc.

¹¹ Citou uma breve afirmação de Thomas Robert Malthus (1766-1834), escrita em 1803: “*Durante o transcorrer da Revolução, a população tinha aumentado mais do que diminuído.*” (LA BLACHE, 1994, p. 112) Foi a única referência ao inglês no livro.

¹² Este capítulo se encontra traduzido, por Guilherme Ribeiro, in HAESBAERT *et al.*, 2012, p. 455-463.

¹³ O Reno e seus afluentes interligam todo o coração europeu; atualmente esse rio atravessa Suíça, França, Alemanha e Holanda, possui afluentes como Neckar, Meno, Mosela, Rhure outros, e liga-se por canais às bacias do Ródano e do Danúbio.

¹⁴O **canal Ródano-Reno** é um sulco artificial de 320 km, cuja abertura ocorreu na década de 1830, que liga o Saône (afluente do Ródano) ao porto fluvial de Estrasburgo (no Reno). Possibilitou a ligação fluvial entre o Mar do Norte (Roterdã) e o Mediterrâneo (ligando cidades como Frankfurt, Estrasburgo, Basileia e Lion). Começou a ser construído, em 1792, no rio Saône; no total, possui 78 eclusas. O **Canal Marne-Reno**, no nordeste da França, com 313 km (inicia-se em Vitry-le-François, e termina no Reno, em Estrasburgo), teve sua construção iniciada em 1838 e foi inaugurado em 1853; possibilita o transporte fluvial entre a capital e o leste do país.

¹⁵ Sendo Ratzel um geógrafo que fez algumas das propostas seguidas pela Alemanha, era natural que Vidal o censurasse. Mas ele não fez nenhuma referência nessa obra, demonstrando mais uma vez que a polarização entre ambos não existiu.

REFERÊNCIAS

Geo UERJ. Rio de Janeiro - Ano 16, nº. 25, v.2, 2º semestre de 2014, pp.172-208

ISSN: 1415-7543 E-ISSN: 1981-9021

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1992 (c. Geografia, Teoria e Realidade, 17)

GRANDE Enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1998, vol. 11.

HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sérgio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

LA BLACHE, Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. 2ª ed. rev. Lisboa (Portugal): Edições Cosmos, 1954 (1ª ed. original: Paris, 1921).

LA BLACHE, Paul Vidal de. **La France de l'Est (Lorraine-Alsace)**. Paris: La Découverte, 1994 (1ª edição : 1917).

_____. Evolução da população na Alsácia-Lorena e nos departamentos limítrofes. In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012a, p. 287-314 (artigo publicado no *Annales de Géographie*, XXV, p. 97-115, em 1916).

_____. Sobre o princípio de agrupamento na Europa Ocidental. In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012b, p. 455-463 (Capítulo XVIII, de *La France de l'Est*, publicado em Paris, em 1917).

_____. A renovação da vida regional. In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012c, p. 315-333 (Original publicado na revista *Foi et Vie. Les questions du temps présent*, em 1917)

_____. A Geografia Política: a propósito dos escritos do Sr. Friedrich Ratzel. In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012d, p. 401-420 (Original publicado em *Annales de Géographie*, em 1898)

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas (SP): Papirus, 1988.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 168-184.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1999 (c. Geografia: teoria e realidade)

PEREIRA, Sergio Nunes. Estados, Nações e Colonialismo: traços da geografia política vidaliana. In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 337-362.

RIBEIRO, Guilherme. LUTA PELA AUTONOMIA E PELO TERRITÓRIO: Geografia e os estados alemão e francês na virada do século XIX ao século XX. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC. Fortaleza, a.08, nº 15, jan./abr. 2009, p. 19-28. ISSN: 1984-2201.

_____. Interrogando a ciência: a concepção vidaliana de geografia. **Confins** – Revista Franco-Brasileira de Geografia [online], n. 8, 2010, 13 p. Acesso em 11/03/2013, às 18hs50min. URL: <http://confins.revue.org/6295>; DOI: 10.4000/confins.6295.

_____. Vidal de la Blache, Ciência e Política: notas a partir do caso africano. **Confins, revista franco-brasileira de Geografia**. [online]. São Paulo, nº 12, 2011. URL: <http://confins.revues.org/7167>. Acessado em 23/06/2013.

_____. A Geografia e o desafio da Modernidade: *La France de l'Est (Lorraine-Alsace)* cem anos depois. **Biblio3W – Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales** [online]. Barcelona (Espanha), Universidad de Barcelona, v. XVI, nº 934, julho 2011, p. <http://www.ub.es/geocrit/b3w-934.htm> [ISSN 1138-9796] Acessado em agosto de 2013.

_____. A Geografia e o desafio da Modernidade: *La France de l'Est (Lorraine-Alsace)* cem anos depois. **Biblio3W – Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales** [online]. Barcelona (Espanha), Universidad de Barcelona, v. XVI, nº. 934, julho 2011b, p. <http://www.ub.es/geocrit/b3w-934.htm> [ISSN 1138-9796] Acessado em agosto de 2013.

RIBEIRO, Guilherme da Silva. Território, Império e Nação: a geopolítica em Paul Vidal de La Blache. **Revista da ANPEGE**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, vol. 6, nº 6, jan./dez. 2010b, p. 29-42. ISSN: 1679-768X.

Artigo recebido para publicação em julho de 2014.

Artigo aceito para publicação em setembro de 2014.